

FICHA 14

POR

MÁRIO DIONÍSIO



L I S B O A / 1 9 4 4

O MEU ARTIGO

Nos números 832 e 833 da revista *Seara Nova* publiquei um artigo em especial sobre a brochura de J. P. A. *A poesia da moderníssima geração — gênese duma atitude poética* e em geral sobre o método crítico daquele crítico — referindo-me para o caso, também a um outro trabalho do mesmo autor, *O Problema do Romance Português Contemporâneo*, e a um artigo publicado nesta revista há tempos. [Esse artigo era excessivamente grande para sair num só número e por isso apareceu nos números da *Seara* de 24 e 31 de Julho deste ano, sob a designação de *Ficha 13* e *Ficha 13-A* e disso avisei, em carta, o escritor que visava.]

Não estava na minha intenção qualquer ataque pessoal (ataque pessoal quer dizer para mim: ataque por motivos de simpatias ou antipatias de ordem pessoal e não ataque ao processo de pensamento e sua expressão duma pessoa porque êle e ela concretizam esta ou aquela corrente de pensamento e acção, que era o caso, ou ataque à própria pessoa porque ela incarna integralmente, em toda a sua acção a tal corrente de pensamento e acção, que não era o caso). Se estava nas minhas realizações, poderão os leitores por si próprios verificar, relendo os meus artigos.

A própria citação que fiz do pedaço de conto em que a concepção de imparcialidade é magistralmente satirizada, não visava

a pessoa J. P. A. mas a posição de meio termo que este escolheu para encarar a literatura e, fatalmente, o mundo, aquêlê fundo de que parte para criticar obras e explicar origens de movimentos literários. [...Não posso deixar de lembrar este pedaço daquêlê meio-conto meio-artigo de A. Marinha de Campos, que acho esplêndido de observação e de ironia, ao ler e reler os últimos escritos de João Pedro de Andrade], escrevi eu. E tão pouco de ataque pessoal era a dita citação que mais à frente escrevi: «em certos momentos o Dr. Euclides torna-se em cada um duma existência flagrante pelo desconhecimento (voluntário ou involuntário, encoberto ou flagrante) do verde, do amarelo e dos limões». E tão pouco de ataque pessoal era todo o artigo que escrevi no fim dêle: «... não é má vontade a J. P. A. que me move, mas sim ao seu desejo de imparcialidade tão Dr. Euclidiano, à sua posição crítica tão desprendida dos únicos factores que podem explicar manifestações humanas como a literatura e a arte, ao seu desconhecimento certamente voluntário dalguns elementos que poderiam ajudá-lo bastante.»]

É certo que, continuando a usar o muito lamentável processo de resposta que escolheu, poderá J. P. A. dizer que afirmei essas coisas mas não fui sincero, que tôda essa despersonalização do ataque e até confissão de simpatia pessoal [/(até à data, evidentemente)/] eram pura habilidade da minha parte e verdadeiramente falsos, [/conforme insinuou já./] Mas, então, talvez para os leitores interessados e desapaixonados seja argumento de algum pêso o facto de em todo o meu artigo não ter tocado nunca nas suas possibilidades de inteligência ou de trabalho, [/na sua honestidade ou deshonestidade/] e ter, pelo contrário, frisado a simpatia que, no ensaio que estava a ser por mim criticado, o autor demonstrava pela corrente poética a que se referia, provindo, portanto, a impossibilidade de explicação, dos defeitos da sua posição filosófica e não da sua vontade pessoal. Limitei-me a apontar as suas deficiências *como crítico* provocadas pela sua «posição como homem perante a literatura e a vida», bem vistas as coisas: a criticar determinado conceito do mundo, determinada posição perante o mundo que não leva os indivíduos (no caso presente J. P. A.) à compreensão mais profunda e à origem de determinadas

manifestações humanas como a literatura e a arte, que era o que no caso interessava.

[Eis a súpula do meu artigo:]

[1— A literatura e a arte são manifestações da vida social. São reflexos da vida dos homens e influem directamente na sua marcha.

- a) Não se pode compreendê-las e explicar a sua génese, desconhecendo os factores que determinam essa marcha.
- b) Não basta, portanto, para explicar origens de movimentos literários e artísticos, um conhecimento isolado da história da literatura e da história da arte— tal como estas são geralmente encaradas.
- c) Não bastam também leves incursões por matéria alheia no que esta tenha de mais visível, mas muitas vezes, no fundo, menos significativo como causa (a viagem de Sá de Miranda a propósito do Renascimento em Portugal, as invasões francesas a respeito do Romantismo).
- d) Impõe-se um estudo da forma por que a humanidade se comporta na sua evolução, do movimento geral das formas de produção e complexidade das relações destas com os sistemas de pensamento.]

[2— Pode fazer-se uma crítica tecnicista: agarrar o crítico uma obra exclusivamente pelo que ela tem de formal, estudá-la nas suas características estilísticas, quando muito na comparação dessas características com as de outras obras:

- a) Muitas vezes esta crítica chega a tornar-se valiosa contribuição para um futuro estudo aprofundado e completo.
- b) Este género de crítica falha quando, o que é vulgaríssimo, o crítico, com os elementos absolutamente isolados, de especialização, de que dispõe, pretende abalancar-se a explicar origens de movimentos, significados profundos desses movimentos, a erguer uma Estética.]

[3— É impossível, dispondo apenas do material que se subentende em 2, cumprir o que se exige em 1 como digo já em 2 b)].

[4— J. P. A. parece-me um claro exemplo do que digo atrás, porque julga possível, entre uma atitude que consiste em expli-

car as formas por elas próprias e outra que consiste em explicá-las pelas causas da dinâmica social que as determinam mais ou menos nitidamente, uma atitude de meio termo, uma atitude que não seja tanto assim — que se alarga à posição do escritor e da obra de arte:

- a) «Adivinha-se» que, desejando evitar os exageros que ferrem à sua volta, pensa que a arte é uma manifestação dos homens, mas não vê necessidade de concretizar êsses homens, que a arte sofre poderosa influência da época e do meio social, mas que não vale a pena reduzir êsse meio a grupos, ao exagêro das economias.
- b) Pensa que o autor que se abeira demasiado das idéias políticas, morais, religiosas, etc., nas figurações concretas que são os partidos, os grupos, as doutrinas — não poderá interessar os vindouros.
- c) É de opinião que, para que uma obra não desça de nível, basta que «o romancista, sendo homem do seu tempo, não seja o propagandista dum sistema», «vendo de alto os acidentes do terreno, não se aproxime dêles a ponto de prejudicar a perspectiva.]

[5 — J. P. A. parece-me um claro exemplo da verdade do que digo em 1, 2, 3, porque não consegue o objectivo de explicar a génese dos movimentos literários em questão por proceder de harmonia com os inconvenientes que aponto em 1b e 1c.]

[6 — Isto é assim porque a posição de J. P. A. pressupõe um conceito idealista da existência :

- a) Visto que não segue um conceito neo-humanista, pois que:
 - a1) Parte do conceito de geração para explicar um movimento literário;
 - a2) Aceita a sociedade como um todo único (não admite a existência de «duas ou mais representações legítimas do pensamento social dum período histórico»).
 - a3) Afirma que são as idéias o que mais violentamente reúne e separa os indivíduos.
 - a4) Diz que, abraçando uma ideologia, o escritor parte

de idéias e de conceitos para a concretização de idéias e de conceitos.

- a5) Aconselha ao escritor uma posição incompreensível dentro do neo-humanismo: por um lado não ser um neutro, por outro portar-se duma maneira como homem e doutra como artista. («As duas marchas para o concreto podem ser feitas paralelamente, mas importa que não se confundam»).
- a6) Declara que a tese tira a aparência de vida à obra de arte.
- a7) Alimenta a dúvida muito acentuada do contraprodente do concreto na arte.
- a8) Diz que a obediência plena ao facto imediato só pode gerar obra medíocre.
- b) Visto que desconhece o pensamento neo-humanista, pois que:

- b1) Supõe que êste converte todos os problemas humanos em problemas económicos.
- b2) Atribui significações erradas a expressões correntes, como «consciência de classe», o que se depreende da opposição que faz entre ela e «palpitação humana».]

[7 — Nada do que fica para trás implica que J. P. A. defenda a arte pura. Ele faz força para não cair no esteticismo puro. Para êle a literatura tem íntimas relações com o homem e com a sociedade, quer sob o aspecto do seu significado, quer sob o da sua criação.

- a) «A obra de arte não surge da cabeça dos literatos como Minerva da cabeça de Júpiter».
- b) Mesmo os escritores que se isolam, espalham nessas obras a humanidade.]

[8 — J. P. A., pelas causas apontadas em 1b, 1c e 6 (insuficiência do conhecimento isolado da história da literatura, como esta é geralmente encarada, para a explicação das origens dos fenómenos literários ou de leves incursões por matéria alheia no que esta tenha de mais visível mas menos significativo; posição idea-

lista). não consegue explicar a génese dos movimentos nem compreendê-los inteiramente:

- a) Explica o «Orpheu» por uma reacção à guerra de 1914, quando algumas das mais características produções do mesmo são de 1913 e de 14, *antes* da guerra.
- b) Dá a entender que o *Novo Cancioneiro* (que eu suponho J. P. A. identificar com «moderníssima geração» visto que só admite uma representante legítima do pensamento social duma época e é de opinião que o *Novo Cancioneiro* é o «empreendimento de maior amplitude adentro da actividade poética da moderníssima geração») é uma continuação da *Presença* e que só encontrou motivos com a eclosão da actual guerra — quando já em 1937 estavam publicados, em jornais, poemas que eram os mesmos que seriam publicados no futuro *Novo Cancioneiro*, e só dois livros directamente inspirados pela guerra viram a luz da publicidade.
- c) Supõe que o grupo de escritores que visa em especial começou por seguir Abel Salazar e a Escola de Viena (embora não fizesse, segundo diz, muita idéia do que isso fôsse) e só mais tarde se afastou dum e doutra, vendo que não era o que lhe convinha — o que marca, para êle, uma evolução na «moderníssima geração»; quando a verdade é que não houve evolução nenhuma dêste género, mas apenas a substituição, numa revista (*Sol Nascente*), dum grupo de escritores com determinada orientação por outro que nunca vira na Escola de Viena o seu caminho.
- d) Diz que Fernando Namora, João José Cochofel e Tomaz Kim foram os primeiros a aparecer, sendo o último dos quais quem deu a nota mais pessoal da «moderníssima geração», quando (vendo-nos obrigados pelo motivo exposto em 8b) a identificar esta com o *Novo Cancioneiro*) êsses poetas eram *nessa altura* poetas de carácter mais ou menos presencista e nada tinham de comum com a ideologia do futuro *Novo Cancioneiro*.
- e) Supõe que o *Novo Cancioneiro* é uma simples continua-

ção da *Presença* quando o que se deu dum movimento para o outro foi uma continuidade e até tentativa de enriquecimento de carácter técnico mas, *acima de tudo, ao mesmo tempo*, uma contradição, em pleno amadurecimento, de carácter ideológico.

- f) Considera o *Novo Cancioneiro* uma nova fase da «chamada» arte moderna, quando êste se lhe opõe inteiramente.]

[9 — J. P. A. pelas causa apontadas em 6 (posição idealista, que se depreende de não seguir um pensamento neo-humanista e até de o ignorar) não compreende plenamente o neo-realismo, visto que:

- a) Estranha que os novos escritores usem processos técnicos que caracterizaram os escritores subjectivistas por ignorar esta base neo-realista: opposição às ideologias subjectivistas e decadentes mas aproveitamento de todo o desenvolvimento da literatura e arte do passado, incluindo as conquistas técnicas dos próprios subjectivistas.
- b) Acusa certos livros neo-realistas (ou que para lá tendem) de neo-românticos, supondo isto um grande argumento, porque ignora que o neo-realismo tem dentro do seu programa a síntese das duas escolas antagónicas do passado: romantismo e realismo.
- c) Afirma que dizer poesia realista é «fazer a simples junção de dois termos antagónicos» e supõe que dizer poesia realista é o mesmo que dizer poesia neo-realista.]

[10 — Não é verdade que os poetas da chamada «moderníssima geração» se interessem apenas por exprimir-se a si próprios, provindo certas diferenças unicamente das diferenças de época pois que, nesse caso, todos os poetas que vivem no mesmo momento fariam poesia com a mesma orientação.]

[11 — Referência a um artigo publicado há anos que, apesar de pequeno, ajudará preciosamente a perceber a génese da poesia moderna portuguesa, principalmente quem não estiver prêso a preconceitos literários e a outros que parecem literários mas não o são.]

II

AS RESPOSTAS POSSÍVEIS

Exceptuando o caso vulgar e inaceitável que indico na introdução desta *Ficha*, suponho que só se poderiam compreender as seguintes atitudes perante o artigo que escrevi [e de que acabo de dar aos leitores a súmula com aquela objectividade que me foi possível e que os próprios leitores podem verificar.]

- 1.º — A posição ideológica do criticado é a mesma que a minha:
 - a) Concorda com tôdas as minhas censuras, procura corrigir de futuro os pontos visados e nada tem a responder.
 - b) Discorda das minhas conclusões porque elas provêm de defeituosa interpretação dos textos ou ignorância da própria doutrina em que me baseio e responde a provar-mo.
- 2.º — A posição ideológica do criticado é diferente da minha:
 - a) Discorda de tôdas as conclusões porque discorda de todo o sistema de pensamento em que a minha crítica se baseia e nada tem a responder [(devido talvez ter começado até por não me enviar a obra).]
 - b) Discorda das minhas conclusões porque, não aceitando embora o meu sistema de pensamento, o conhece perfeitamente e verifica que eu próprio, *por ignorância*, me

coloquei fora dêle e portanto, à luz da minha própria lógica, errei. Deve responder.

c) Discorda porque eu, *por deshonestidade*, alterei textos para chegar a conclusões que me convinham. Deve responder.

Quere isto dizer que, quer colocando-se na primeira posição — posição ideológica igual à minha (contrariamente ao que penso possível e como suponho ter provado), quer na segunda, só se compreenderia uma resposta de J. P. A. se êle viesse provar-nos, totalmente ou em parte:

- 1 — Que não é um exemplo da falibilidade do que aponte em 3 (pretender compreender e explicar a literatura e a arte dispondo apenas dos conhecimentos que bastam à análise tecnicista das obras), porque explica com tãda a clareza a formação dos movimentos literários de que se ocupa (contradição do que expus em 8).
- 2 — Que não usa como ponto de partida o meio tãrmo de que falo (contradição do que disse em 4).
- 3 — Que não assenta numa base idealista o seu processo crítico (contradição do que disse em 6).
- 4 — Que é um esteticista puro (contradição do que disse em 7).
- 5 — Que as diferenças entre os poetas da por êle chamada «moderníssima geração» e os da *Presença* e do *Orpheu* unicamente se baseiam nas diferenças de época em que os poetas vivem e produzem (contradição do que insinuei em 10).
- 6 — Que o artigo que citei nada explica da gênese da poesia moderna portuguesa (contradição do que aponte em 12).

Ou então se nos provasse, também totalmente ou em parte:

- 1 — Que, num conceito neo-humanista, é errado o que concludo em 1, 2, 3 e, conseqüentemente, 4.
- 2 — Que as alíneas de 6 não implicam uma posição idealista.
- 3 — Que também é errado o que digo nas alíneas de 8.
- 4 — Que também é errado o que digo do neo-realismo em 9 e 10.

A «ARRUMAÇÃO» DA FICHA

[/Com minha grande surpresa, porém, como já disse, J. P. A. não pôde furtar-se a todos aqueles processos que caracterizam a nossa pobre e corriqueira polémica nacional. A sua inexplicável resposta à minha *Ficha*, publicada em dois artigos intitulados *Arrumação duma Ficha* nos números 834 e 836 da *Seara Nova* não se pode incluir em nenhum dos casos que previ no capítulo anterior como possíveis respostas, ou em qualquer outro não previsto, e constitui apenas um aglomerado de frases sem ordem nem dedução lógica que só um nervosismo extremo, uma precipitação incontida, podem explicar em escritor ordinariamente tão zeloso do seu bom senso e serenidade. Na verdade não se trata ali de rebater opiniões, mas apenas dum desabafo intempestivo da surpresa de não se ver simplesmente aplaudido, desabafo que se cifra em simples negações e acusações de carácter pessoal, algumas delas bastante graves como veremos/] Estamos em presença do caso a que me referi na introdução deste artigo: resposta pela resposta, resposta obedecendo àquêl movimento imediato e irreflectido de protestar contra o facto de ser atacado em vez de aplaudido. É o que fundamentalmente vamos ver.

Começa J. P. A. por dizer que entende «que só se deve responder a uma crítica quando ela contenha inexatidões que possam

passar despercebidas ao leitor por desconhecimento da obra criticada, ou porque o crítico tenha a habilidade necessária para fingir que tem razão», [continua o desabafo por afirmação da minha deshonestidade e má-fé/] e acaba-o por um heróico convite a que explique claramente nas colunas desta revista um passo do meu artigo que êle supõe ser um daquêles possíveis pontos obscuros a que me referi em carta particular e que me propus em carta particular ou em pessoa esclarecer, no caso de êle o necessitar. Não é, contudo, meu intuito prender-me com todos os problemas que se levantam dos artigos *Arrumação duma Ficha* e que em nada ou em muito pouco se relacionam com a minha *Ficha 13 e 13-A*.

Se virmos os ditos artigos com atenção, verificaremos [ao fim dalgum trabalho para desembaraçar a meada], que os argumentos [/ou as simples afirmações que, como veremos, J. P. A. empregou como tal e que se encontram espalhados nas doze colunas dos artigos (só certamente por ironia intitulados «arrumação»)/], se podem, pela natureza do conteúdo, dividir em 4 [grandes] grupos:

- 1 — Casos que não interessam de modo algum à questão.
- 2 — Tentativas de negação do que afirmei.
- 3 — Confirmações do que escrevi.
- 4 — Defesa por acusação.

Quere isto dizer que, rigorosamente, só o segundo me deveria interessar visto que é o único em que se apresentam argumentos [(se felizes ou infelizes veremos depois)/] para contradizer o que se disse na citada *Ficha 13*. Demorar-me-ei no entanto também no grupo 3 [para que não reste nenhuma espécie de dúvida ao leitor] sobre os resultados duma crítica como a de J. P. A., também no grupo 4 porque, embora não directamente ligado ao assunto, envolve problemas de interesse geral que convém sempre esclarecer, [e pararei um minuto no Grupo 1 para simples registro do seu assunto].

[GRUPO 1]

[Incluo nesta divisão as seguintes afirmações:]

[1 — Não faço crítica literária a não ser raramente e por engano (*Seara*, n.º 834, pág. 285, 1.ª coluna).]

[2 — Percorro com rapidez, ávido de encontrar algo que sirva os meus fins, as obras que critico (*Seara*, idem, pág. 314, 2.ª col.)]

[3 — Aponto J. P. A. à execração dum certo público (*Seara*, n.º 836, pág. 316, 2.ª col.)]

[4 — Mostro em dada altura ecletismo e longanimidade contrária à minha habitual estreiteza de vistas (*Seara*, idem, pág. 286, 2.ª col.)]

[5 — O meu fim é avisar a moderníssima geração de que não deve seguir os pontos de vista que J. P. A. lhe atribui (*Seara*, n.º 834, pág. 286, 2.ª col.)]

[6 — J. P. A. não aparará os golpes que lhe dirijo porque êles não o podem ferir (frase muito habitual nas polémicas da terra) (*Seara*, n.º 836, pág. 314, 1.ª col.)].

[7 — Espalhei confusão às mãos cheias nos meus artigos (*Seara*, idem, idem, idem).]

[8 — A minha crítica tem tendência àquela confusão a que se convencionou chamar distracção. (*Seara*, idem, idem, idem).]

[9 — Tenho má linguagem e falta de lógica (*Seara*, idem, idem, 2.ª col.)].

[10 — Mal articulo o que me esforço por dizer (*Seara* idem, idem, idem)].

[11 — Há várias inexactidões e contradicções mais no meu artigo, mas não vale a pena gastar espaço à «*Seara*» com tais frivolidades (*Seara* n.º 836, pág. 315, 2.ª col.)].

[12 — Não sou completamente sincero (*Seara*, idem, idem)].

[13 — Não uso aquela serenidade e cordura que impõe a simples divergência de idéias porque «a forma como procuro liquidá-lo corresponde a um ponto de vista demasiado pessoal (*Seara*, idem, idem, idem)].

[14 — A erudição da J. P. A. é de pechisbeque e nada lhe assegura que a minha não seja idêntica. (*Seara*, idem, pág. 316, 2.ª col.)].

[15 — Ninguém está mais nas condições do que eu para usar o processo de crítica que aconselho (mas que não uso) porque sou novo (a idade de J. P. A. excede a minha em mais de uma dezena de anos), porque sou culto (a cultura de J. P. A. é a que adquiriu nos intervalos do emprêgo que exerce desde os 14 anos), porque o tempo corre a meu favor, porque me refiro aos livros que entendo e quero (*Seara*, n.º 836, pág. 316, 2.ª col.)].

[16 — Não tenho autoridade moral para exigir o emprêgo de determinado processo crítico porque não o uso contra tudo e todos já que o subjectivista Casais Monteiro me dirigiu os seus embora publicamente a propósito das minhas *Fichas* (*Seara*, n.º 836, pág. 316, 2.ª col.)].

[17 — No *Diário Popular*, Casais Monteiro (escritor, devo dizer em parêntesis, com que nada tem a ver o meu artigo nem os meus pontos de vista) proclama que J. P. A. na arte só vê o social. (1) (*Seara*, n.º 834, pág. 286, 2.ª col.)].

[(1) Se o leitor se quiser dar ao trabalho de consultar os n.ºs de 22 de Julho e 5 de Agosto do corrente ano, do *Diário Popular*, verificará que o citado crítico não diz nada disto essencialmente, mas: a) J. P. A. nem sempre se mostra seguro dos seus juízos embora as suas críticas sejam tão honestas quanto possível; b) só é representativo para J. P. A. o que encarar o pensamento social da época; c) só metade do opúsculo se ocupa daquilo que o título promete, título êsse já de si impróprio; d) a poesia continua a ser para J. P. A. um segredo indecifrável e por isso em vez de falar dela refere-se às idéias ou aos ideais dos poetas; em vez de se preocupar com a poesia preocupa-se com o pensamento dos poetas e a sua atitude perante a vida; e) J. P. A. lida com vários conceitos ao mesmo tempo, convencido de que está a lidar com um só e fala não só de coisas que não conhece mas de coisas que não sabe distinguir umas das outras; f) isto não é ocasionado por leituras mal digeridas mas por uma grande falta de leitura sobre os assuntos que se abalança a abordar sem prévia preparação; g) embora o título do ensaio nos fizesse prever o contrário, J. P. A. dedica apenas meia dúzia de páginas à moderníssima geração porque, segundo diz, esta começou a dar-nos uma produção regular há muito pouco tempo para que se possa emitir um juízo definitivo sobre ela; h) quer isto dizer que pode vir mais tarde a dizer o contrário do que agora diz? i) qual é a «atitude poética» a que se refere no título do ensaio se êle reconhece

[18 — Poderia indicar-me o capítulo e a linha do livro (*La conscience mystifiée* por Guterman e Lefèvre) onde me inspirei para as minhas mais ousadas incursões no campo em que se defrontam literatura e economia política (*Seara*, n.º 836, pág. 316, 2.ª col.)].

[Eis o sumo dos agumentos, que designei por grupo 1, dos artigos em questão. Como o leitor vê claramente nada disto interessa em relação ao que escrevi sobre J. P. A. mas apenas a uma boa classificação da «resposta» de J. P. A. porque, mesmo que admitamos em princípio: a) que é exacto tudo o que J. P. A. escreve a meu respeito, b) que o facto de se não ter acusado *tudo e todos* de não usarem determinado método crítico me tira a autoridade moral para fazê-lo em relação a um escritor, c) que o crítico de determinado jornal tenha proclamado que J. P. A. na arte só vê o social — o que só teria interêsse para desdizer-me se o dito crítico partisse dos mesmos pontos de vista do que eu, d) que, finalmente, J. P. A. me pode indicar o capítulo e a linha dum livro onde supõe ter-me eu inspirado para as minhas «incursões no campo em que se defrontam literatura e economia política (não é exacto isto, mas podia sê-lo perfeitamente) — nada se altera.]

[Passemos pois aos outros «argumentos».]

várias? j) para ver alguma coisa é preciso ter um ponto de vista e o mal de J. P. A. é querer estar em todos ao mesmo tempo sem, por êste motivo, poder estar em nenhum; etc., (etc., em que fica incluído o que Casais Monteiro acha errado nas palavras de J. P. A. sobre a *Presença*). Por estas afirmações que, evidentemente, me limito a transcrever, verá o leitor que não é o hipotético facto de J. P. A. só se preocupar com «o social» (...) que originaram as censuras em questão. Se fôsse verdadeiro o que J. P. A. afirma, como explicar estas palavras com que Casais Monteiro termina o seu artigo de 5 de Agosto: «J. P. A. dá-nos a cada passo, a impressão de que está numa posição definida, mas a impressão apenas, pois constantemente se arrepende e contradiz, como não sabendo onde pousar os pés. E a êste propósito não posso senão remeter o leitor para as páginas consagradas à análise de «A poesia da moderníssima geração», por Mário Dionísio, nos dois últimos números da «Seara Nova»; ali está, com a máxima clareza, este livro julgado precisamente do ponto de vista em que êle o julgou escrever?»

GRUPO 2

É este o grupo de afirmações que se reveste de maior gravidade porque é o único em que J. P. A. esboça uma tentativa de contra-dição do que afirmei. [/Mas por que meios! Dir-se-ia um homem que desejasse atirar pedras a outro mas com tanta infelicidade que as pedras, em vez de serem lançadas para a frente, se lhe escapassem para cima e acabassem por lhe cair na cabeça./]

Vejamos se assim não é, por partes e serenamente.

Dêste grupo fazem parte os seguintes grupos de afirmações:

A — Fiz afirmações falsas, trunqueei trechos ou citei-os desho-nestamente, deslocados das frases que os cercavam, para:

- a) chegar a conclusões diferentes daquelas a que o Autor pretende chegar;
- b) demonstrar que J. P. A. diz que os escritores não se devem misturar com a multidão;
- c) convencer o público de que J. P. A. é um esteticista puro;
- d) demonstrar que J. P. A. diz que os romances não devem ser portadores de idéias e demonstradores de teses;

B — J. P. A. não localizou a origem do Orpheu na guerra de 1914.

C — J. P. A. nega que o afirmar que alguém *abraçando uma ideologia ou uma doutrina* parta de idéias e conceitos para a concretização de idéias e de conceitos seja um ponto de vista idealista.

Comentemos estas acusações da maneira mais sucinta e mais esquemática possível, para que seja mais clara:

A — a) *Chego a conclusões diferentes daquelas a que o Autor pretendeu chegar.*

J. P. A. refere-se ao facto de eu concluir que êle pretendeu explicar, em especial, a razão da existência da atitude poética do *Novo Cancioneiro*, quando o que êle pretendeu explicar e justificar foi a atitude poética da moderníssima geração de poetas nos seus valores mais vivos, objectivo este bem diferente do indicado. Comunica portanto J. P. A. aos seus leitores que eu fiz uma afirmação falsa, aliás facilmente verificável pela leitura do ensaio.

Vejamos agora a razão de tudo isto: Afirmo na minha *Ficha 13* (*Seara*, n.º 832, pág. 251, 2.ª col.) que a dedada idealista de incompreensão do mecanismo da evolução se patenteia logo na primeira página do livrinho e que daí não fará senão alargar-se a todo êle. Digo isto porque é na primeira página que J. P. A. nos diz que vai partir do conceito de geração para toda a explanação do seu livro, e porque todo o seu livro enfermará desse vicioso ponto de partida. Em seguida verifico (*idem*, fim da 2.ª col.) que J. P. A. escreve que, ao dizer-se novíssima geração, imediatamente se evoca aquele grupo que representa ou parece representar as tendências mais fortemente vincadas entre os indivíduos jovens e que não pode haver duas ou mais representações legítimas do pensamento social dum período histórico.

Tudo isto para mim é errado. Mas, como para criticar uma obra tenho de partir naturalmente (embora J. P. A. me acuse do contrário) daquilo que o autor pretendeu, devo verificar ao que o autor se vai referir.

Quanto a mim o problema, assim, é viciosamente posto, como disse, e como digo no meu artigo (*Seara*, n.º 832, pág. 252 1.ª col.). Não posso estudar a poesia duma época por gerações porque não são as gerações que marcam características basilares diferentes entre os homens e suas manifestações culturais (embora marquem características diferentes e às vezes profundas), mas o grupo social a que pertencem. Para J. P. A. porém tudo se passa doutro modo. Por isso mesmo o meu artigo pretendeu, do princípio a fim, mostrar as contradições e becos sem saída a que leva um tal ponto de partida. porque, das duas, uma: ou J. P. A. estuda a poesia actual portuguesa (ou só certo ou certos aspectos dela) em referência às várias mentalidades que ela representa e só posso nêsse caso aceitar e aplaudir que, tratando de poetas jovens, estude os do *Novo Cancioneiro* e *todos os outros*, mostrando as várias correntes que existem, as que implicam uma atitude nova e as que continuam

o que já se fazia, etc.; ou J. P. A. se baseia num critério de idade, de geração, e tem de admitir: ou que não há mentalidades diferentes (correspondentes a grupos diferentes) nos jovens ou que, havendo-os, só pode escolher um dêles — «aquêles que melhor representar as tendências mais fortemente vincadas entre os indivíduos jovens», visto que, para êle também, não pode haver duas ou mais legítimas representações do pensamento social dum período histórico.

Falta-nos, portanto, apenas saber qual é o tal grupo que melhor encarna as tendências mais fortemente vincadas entre os indivíduos jovens e que naturalmente terá um movimento poético de maior vulto, sob qualquer aspecto. Longe de mim cair na superficialidade de pensar que o *Novo Cancioneiro* é a corrente poética que significa a poesia de tôda a nova geração ou que encarna as tendências mais vincadas entre os indivíduos jovens (visto que tudo isto depende basilamente da posição social dêsses jovens). O que penso é que o *Novo Cancioneiro* é a atitude poética, no actual panorama literário português, que mais futuro tem e que mais novidade representa porque exprime uma ideologia que é nova entre nós. O que penso é que o *Novo Cancioneiro* encarna, melhor do que qualquer outra corrente, as tendências mais arreigadas entre os indivíduos de certo grupo social *quer sejam novos ou velhos*. Para J. P. A. porém, nada disto é assim. Êle diz-nos, como vimos e me parece útil repetir, que: 1) se ocupará da poesia da moderníssima geração; 2) a novíssima geração é o grupo que representa as aspirações e tendências mais fortemente vincadas entre os indivíduos jovens; 3) não pode haver duas ou mais representantes legítimas do pensamento social duma época; e 4) diz também na pág. 43 da sua brochura, como transcrevi no meu artigo, que o *Novo Cancioneiro* é o «empreendimento de maior amplitude adentro da actividade poética da moderníssima geração».

Depois disto que falsidade haverá na afirmação (feita para nos podermos orientar dalgum modo na apreciação dum trabalho dêste género e para que se mostre bem que o conceito de geração é insuficiente para a explicação do caso e nos induz em êrro) de que J. P. A. no seu opúsculo pretendeu explicar em especial (*em especial*, note-se bem) a razão da existência da atitude poética do *Novo Cancioneiro*? Que culpa posso ter de que, se J. P. A. se surpreende por não ter sido isso o que quis fazer, não consiga concluir que a culpa disso só a êle pertence e ao seu conceito das coisas?

Portanto, acusação sem base.

- b) *Afirmo que J. P. A. não quer que os escritores se misturem com a multidão.*

Como o leitor pode verificar fàcilmente, esta acusação sofre de completa falta de senso, pois eu não poderia ter truncado ou alterado textos para provar que J. P. A. aconselha os escritores a não se misturarem com a multidão quando não toco em tal problema em todo o meu artigo (Veja-se a minha súmula publicada acima ou releia-se, achando-se necessário, a minha *Ficha 13, 13-A*).

Portanto, acusação sem base.

- c) *Pretendo convencer o público de que J. P. A. é um esteticista puro.*

Como o leitor pode verificar fàcilmente, também, esta afirmação é igualmente puro delírio pois que eu não podia ter alterado ou truncado textos para afirmar que J. P. A. é um esteticista puro quando o que digo dêle é justamente o contrário. O que disse sôbre êste ponto (vide súmula n.º 7, 7 a), 7 b), e ainda bem que o frisei, apesar de não ser indispensável para o assunto principal da minha *Ficha*, foi que J. P. A. (textualmente): «faz fôrça para não cair no esteticismo puro», para êle «a literatura tem íntimas relações com o homem, quer sob o aspecto do seu significado, quer sob o da sua criação», «a literatura tem um carácter acentuadamente social». (*Seara*, n.º 832, pág. 252, 2.ª coluna). A minha transcri-

ção foi para, com outras transcrições, mostrar que J. P. A. se coloca numa posição idealista e que, como tal, deixa entrever uma «dúvida muito acentuada do contra-producente do concreto na arte») como eu escrevera e como foi emendado no número seguinte da *Seara*, e não «dúvida muito contraproducente do concreto na arte», como por êrro tipográfico saiu e como J. P. A. se apressou a indicar para mostrar a minha estreiteza de vistas...). Ora, uma posição idealista não significa esteticismo puro, [/como sabe a pessoa regularmente versada nestes assuntos/]. Pode-se ser idealista e anti-esteticista, embora se não possa ser esteticista sem se ser idealista.

Portanto, acusação sem base.

- d) *Concluo que J. P. A. acha que os romances não devem ser demonstradores de teses.*

A última acusação que J. P. A. me faz, [/com a mesma precipitação infeliz que vimos observando,/ de alteração do seu pensamento, devido àquilo a que êle, muito benévola-mente desta vez, chamou: «distracção imperdoável»,] é a seguinte: atribuí-lhe a opinião de que os romances não devem ser portadores de idéias segundo um pedaço de «*O Problema do Romance Português Contemporâneo*» (pág. 37), quando êle não disse tal e só o «leitor menos atento [ou o crítico menos cuidadoso] (*Seara*, n.º 234, pág. 286, 1.ª col.) poderá concluir isso. A minha afirmação, escreve, provém de ter eu feito uma transcrição parcial e não total. Vejamos, portanto, a minha transcrição e aquela que J. P. A. desejava que eu tivesse feito. Mas antes chamarei a atenção do leitor para o facto de no meu artigo eu não ter dito bem o que J. P. A. transcreve, mas alguma coisa mais que lhe altera sensivelmente o sentido. Eis o pedaço da frase com que eu comentei a transcrição que fiz, no meio de outras que, como ela, pretendiam provar ser a posição de J. P. A. uma posição idealista: «... a idéia de que os romances não devem ser portadores de ideais, propagadores de opiniões e demonstradores de teses (donde se conclui

que ou as obras são demonstrações de teses e não podem chegar por isso a ser romances, ou são romances e não comportam ou demonstram idéias (*que por gralha saiu: ideais*); isto é: há para o autor romances sem idéias, opiniões e teses» (*Seara*, n.º 832, pág. 251, 2.ª col.).

Vejamos agora o pedaço que transcrevi:

«Por demais está dito que a demonstração duma tese através duma obra literária constrange as personagens dessa obra a sentimentos e atitudes pre-determinados, a um fim, o que lhes tira tôda a aparência de vida. Não pode pois ser meu intuito pretender que os romances devam ser, daqui por diante, portadores de idéias, propagadoras de opiniões e demonstradores de teses».

Suponho que não há a mínima arbitrariedade em tirar dêste pedaço as conclusões que apontei atrás. Acha, porém, J. P. A. que lhe alterei o pensamento por não ter citado tudo quanto interessava. [//Além das linhas da alfinetada pessoal,/] diz-nos êle sôbre o caso:

«Em palavras anteriores eu previra uma interpretação que deturpasse o meu pensamento, desse as minhas palavras como *apologia do romance de tese, do romance que se limita a ilustrar as idéias do autor, a propagar as opiniões e teorias do autor*, apologia que eu não poderia fazer». (*Seara*, n.º 834, pág. 286, 1.ª col.).

E acrescenta a transcrição que eu deveria ter feito e com a qual, segundo êle, não poderia ter concluído o que concluí. Seria essa transcrição a mesma que fiz, mas antecedida de:

«Ora, como ser vivente e convivente que é, o romancista, enquanto observador, não se limitará a copiar imagens como uma chapa fotográfica, ou a colher sons como um disco, nem, quando se tratar de exercer a sua imaginação, construirá figuras sem nexos, nem criará qualquer conflito que não assente numa base de realidade, de coerência e de continuidade com a vida... Evidentemente que as idéias, as opiniões, as teorias não devem absorver a parcela de vida que há em cada romance».

E continuada por :

«O que me parece é que, feitos por seres inteligentes, que vivem numa época terrivelmente marcada por pro-
vações e vicissitudes sem conta, os romances do nosso
tempo hão-de forçosamente, como obras significantes e
vivas, reflectir os problemas de hoje, as idéias de hoje,
tudo o que afecta a intelligência de hoje».

Além disto tudo J. P. A. acrescenta que: «transformar
um *não pode ser meu intuito* pretender que os romances
devam ser, daqui por diante, *portadores de idéias*, etc.,
num *os romances não devem ser portadores de idéias*, etc.,
é uma brincadeira de crianças para quem até aqui se
mostrou tão hábil».

[/Como os leitores estão vendo é caso para se esfrega-
rem bem os olhos e se voltar a ler. Dir-se-ia qualquer
coisa de muito semelhante à velha anedota do «vais à
caça?» — «Não, vou à caça!» — «Ah! julgava que ias à
caça»./].

Vejamos, porém, sucintamente do que se trata para
que o espaço não nos falte... nem a paciência. Eu afirmo,
baseado na transcrição que fiz, que J. P. A. é contrário
a que os romances sejam portadores de idéias, propa-
gadores de opiniões e demonstradores de teses, ser-
vindo-me das suas próprias palavras. J. P. A. não se
conforma com isto e responde. Que diz êle *em resposta?*
Diz-me que já no seu opúsculo afirmara que não pode
fazer a apologia do romance de tese, que dizer que *os
romances não devem daqui por diante ser portadores
de idéias* não é o mesmo que dizer que *os romances não
devem ser portadores de idéias* e que, com mais as trans-
crições que aconselha se veria que lhe alterei o pensa-
mento. Vejamos então que dizem estas transcrições.
Dizem: a) que o romancista não se deve limitar a copiar
a natureza mecânicamente; b) que o romancista não
deve construir figuras sem nexos; c) que o romancista
deve assentar os seus conflitos numa base real; d) que

as idéias, as opiniões, as teorias não devem absorver a parcela de vida que há em cada romance; e) que os romances, já que são feitos por seres inteligentes e numa época como a nossa, hão-de reflecti-la.

É pois altura de perguntar, para terminar esta alínea: que relação tem tudo isto com o caso? Em que alterei eu o pensamento do autor? Em que prova tudo isto que J. P. A. não seja contrário a que os romances sejam portadores de idéias, propagadoras de opiniões e demonstradoras de teses — que foi o que afirmei?

Eis-nos, portanto, mais uma vez, perante uma acusação sem base.

- B -- J. P. A. nega que tenha localizado o movimento do «*Orpheu*» na guerra de 1914. Diz que isso seria demasiado simplismo e que se limitou a registar o aparecimento, quasi simultâneo, da catástrofe europeia e da revolução literária portuguesa. E acrescenta: «de resto, não me apresento, no ensaio, como um historiador ou um filósofo da literatura». (*Seara*, n.º 836, pág. 314, 1.ª col.)—de resto [/delicioso/] que nos dá a entender que os não historiadores ou filósofos da literatura (?) podem ter a liberdade de não saberem localizar as origens dos movimentos ou de localizá-los mal... Mas, além disso, como se apresenta afinal um autor que promete na capa da sua obra explicar-nos a *gênese* duma atitude poética? Como se apresenta um homem que, segundo as suas próprias palavras, pretende *explicar* e *justificar* um movimento poético? O que interessa de momento, porém, é mostrar que mais uma vez J. P. A. se limitou a negar. Verificando que errara, resolveu simplesmente negar. Vejamos, porém, o caso de perto, embora muito rapidamente.

Quanto a mim, começa por me parecer estranho que se cite dois factos desta categoria — o aparecimento do *Orpheu* e a Guerra de 14 — só pelo prazer de se dizer que foram contemporâneos. Se se citam com algum censo é porque se supõe existir qualquer relação entre

êles. Mas, além de tudo, o facto é que êste trecho é bem claro:

«A guerra de 14, brutalmente, proclamava a inexistência dum individualismo prático. E os poetas novos (*os que formariam o Orpheu*) sentiam em si a riqueza de pensamento e sentimento bastante para contraporem à crueza dos acontecimentos a sua existência como homens».

É ou não verdade que 1) aqui se diz que a guerra de 14 proclamava a inexistência dum individualismo prático e que 2) dizendo-se que os poetas tinham riqueza de sentimento e pensamento bastante para *contraporem* à crueza dos acontecimentos essa riqueza e 3) sabendo nós que, de facto, a contrapuseram, — não é invenção dizer que J. P. A. localiza a origem do *Orpheu* na reacção que os seus componentes ofereceram à crueza dos acontecimentos, isto é, à Guerra de 14? É ou não verdade que, tenham ou não as palavras atraído o pensamento de J. P. A., é a localização das causas do *Orpheu* na Guerra de 14 o que pode deprender-se das palavras de J. P. A.?

- C— Nega J. P. A. que «o afirmar que alguém abraçando uma ideologia ou uma doutrina parta de idéias e de conceitos para a concretização de idéias e de conceitos» seja um ponto de vista idealista. Eis o que é muitíssimo fácil: negar. Provar, no entanto, é muitíssimo mais difícil. E o caso é que J. P. A., para negar aquilo que aponte, isto é: que é uma afirmação de carácter idealista dizer que o facto de o romancista abraçar uma ideologia implica o partir de idéias e de conceitos para a concretização de idéias e de conceitos (e não portanto de factos), necessitou de acrescentar explicações, de trazer alguma coisa de diferente e muito importante, embora não conclusiva, ao que dissera no opúsculo criticado. Assim, J. P. A. escreveu e eu transcrevi:

«Dizer que o romancista não deve ter parti-pris; tão pouco significa que êle deva ser forçosamente um amorfo e um neutro, sem qualquer preferência ideológica. Simplesmente, abraçando uma ideologia ou uma doutrina, êle partiu de idéias e de conceitos para a concretização de idéias e de conceitos. A mesma concepção de vida que o leva a adoptar uma teoria há-de interferir, dentro da criação romanesca, na qualidade dos conflitos, dos ambientes, dos personagens e das idéias que as movem, pois que tudo se passa dentro dos limites da sua personalidade. Mas, enquanto escritor e artista, êle não pode adoptar a mesma concretização de idéias e conceitos que enquanto homem convivente». Etc.

Se não estou grandemente equivocado, isto significa: 1) o romancista não deve ter parti-pris mas pode ter preferência ideológica (afirmação sem sentido num conceito neo-humanista e talvez em qualquer conceito); 2) simplesmente, abraçando uma doutrina, êle partiu de idéias para a concretização de idéias (o que certamente não quer dizer que partiu de factos); 3) o que o levou a aceitar uma doutrina há-de influir na qualidade dos conflitos porque tudo se passa dentro da sua personalidade; 4) mas enquanto romancista não deve adoptar a mesma concretização de idéias que enquanto homem convivente.

A análise do segundo ponto mostra nitidamente que J. P. A. pensa ou pensou ou, pelo menos, escreveu que o romancista que abraça uma doutrina não parte de factos para concretizar idéias mas também de idéias (conceito idêntico àquêle em que se estribam todos os inimigos da arte neo-realista). E é isto o que interessa. É facto que no segundo artigo *Arrumação duma Ficha* J. P. A. diz coisa muito diferente:

«Naturalmente que quem abraça uma ideologia ou uma doutrina, se o faz conscientemente, partiu de factos».

Simplesmente, não é nada disso que está escrito no seu opúsculo e tudo o que se afirma nas vizinhanças

dessa frase não é de molde a levar-nos a subentendê-lo. E simplesmente, também, esta afirmação não desdiz ou anula a minha observação, porquanto uma coisa é o dizer-se que a aceitação consciente duma doutrina implica o ter partido de factos e outra o dizer-se que, aceite inicialmente uma doutrina, o escritor parte de idéias para a concretização dessa doutrina, por exemplo, num romance (e não de factos, portanto; isto é: de idéias formadas *à priori*, de idéias preconcebidas sobre a realidade e não daquilo que se supõe ser a realidade) (1).

[GRUPO 3]

[Fazem parte dêste grupo de «argumentos» tôdas aquelas frases que me convencem inteiramente de que só as razões que apontei na *Introdução* levaram J. P. A. a tão intempestivamente e de modo tão pouco feliz escrever a sua inútil resposta. Como veremos, J. P. A., por menos que tenha dado por isso, e por mais que isso tenha escapado ao leitor acidental que não teve ocasião de confrontar textos, não se cansou de confirmar directa ou indirectamente o que sobre êle escrevi.]

[Assim:]

[I — Afirmei que J. P. A. desconhece o pensamento neo-humanista, afirmação essa que constitui um dos pontos em que baseei o considerar idealista o seu conceito do mundo e da crítica.]

[Provou J. P. A. que estava a par daquela corrente filosófica? Pelo contrário, confirmou o seu desconhecimento:]

[I — ao dizer que, quando exijo que se conheçam os factores que determinam a evolução histórica e quando

(1) Foi a êste conceito, no fundo, de reprovação, sob o ponto de vista da arte, da fusão integral do escritor com o político, que chamei idealista. Evidentemente que não me referia, como supuseram certas pessoas, ao facto de muitas vezes se partir de idéias para a concretização de idéias. São problemas inteiramente diferentes.

mostro os inconvenientes de os críticos ficarem pelas causas aparentes e não procurarem as autênticas mesmo que longínquas, pretendo que «quando se fale de poesia se faça um curso de História Universal a partir do Génesis» (o que é dobradamente errado porque J. P. A. no seu opúsculo não está simplesmente a falar de poesia mas a explicar a *gênese duma atitude poética*, como se lê na capa e como já registei para trás);]

[2— ao dizer que nunca soube o que fôsse *concretizar homens*, isto é: ao provar que só concebe que se encare o homem no sentido abstracto que o antigo humanismo lhe attribuiu e não no sentido neo-humanista que concretiza êsse homem partindo de grupos;]

[3— ao dizer que «não considera exagêro reduzir o meio a grupos» «pois que no seu ensaio pondera o conceito de grupo» — sem reparar que eu o avisara, num parêntesis, de que empregava a palavra *grupo*, naquele caso, num sentido diferente da por êle empregada: que eu a empregava num sentido classista;]

[4— ao dizer que «não se apresenta como um historiador ou filósofo da literatura», para escusar-se de não ter ido aos campos extra-literários que me parecem indispensáveis para o estudo literário e confirmando assim que os acha dispensáveis;]

[5— ao dizer que insistir em que as diferenças basilares entre os homens não são marcadas pelas diferenças de idades mas pelas camadas a que pertencem é espalhar confusão e repetir simples frases;]

[6— ao dizer que a minha afirmação de que o *Novo Cancioneiro* é antagónico da arte moderna e a ultrapassou significa abjuração da arte moderna e um retrocesso da minha parte;]

[7— ao dizer que o facto de se considerar apenas crítico literário o faz considerar como simples subsidiário da crítica os elementos histórico, social e político;]

[8— ao dizer que é impertinência pura e simples exigir que o método crítico que defendo se alargue a tôda

a crítica literária e censurar os que «desde já o não façam» (sic);]

[9 — ao dizer que o mesmo método não pode estabelecer-se entre nós porque não pode aparecer a satisfazer a aspiração duma crítica fundamentada nas condições do sistema económico-social, enquanto este sistema não aparecer publicamente contraditório (sic);]

[10 — ao dizer que o mesmo método só pode aplicar-se à literatura com modificação da estrutura social (sic);]

[11 — ao dizer que não distingui em certa crítica o que havia em dado poeta de inconscientemente mistificador do que era verdadeiramente sentido, mostrando assim que desconhece o significado em que se emprega neo-humanisticamente a palavra *mistificação* e mostrando também não conhecer, ou estar muito esquecido, do tal livro de que me poderia indicar capítulos e linhas e onde tem uma óptima definição do termo nas páginas 78-79;]

[12 — ao dizer que «o processo que eu defendo parece poder aplicar-se mais às formas literárias que derivam mais da inteligência que do talento porquanto, ao passo que a ciência, que quer dizer, o conjunto de conhecimentos adquiridos pela inteligência não pode abstrair da experiência anterior, a arte, ao contrário, se firma (ou se tem afirmado) em cada corrente que surge por oposição das correntes anteriores.»;]

[13 — ao dizer que, se aconselho a síntese das formas da literatura do passado para a formação duma literatura neo-realista, não se percebe porque não aceitarei no ensaio e na crítica o meio termo conciliatório que êle adopta (de que falei já demoradamente para trás);]

[14 — ao dizer que o faço crer que reduzo tudo a problemas económicos e que só me interessa na arte a consciência de classe e não a palpitação humana — quando a transcrição que fiz dos passos em que êle dizia que certa corrente assim pensava o fiz simplesmente, como disse, para mostrar que J. P. A. a ignorava;]

[15— ao insistir em que o dizer que o homem convivente e o romancista não devem marchar paralelamente significa que o romancista e o político não devem fundir-se, uma vez que explica: «tôda a gente bem intencionada» percebe que êle quis dizer que «o romancista quando político não deve confundir a acção do romance com o ideário do seu partido» etc. ...;]

[16— ao dizer que «a obediência plena ao facto immediato só pode gerar obra mediocre» — como dizem alguns esteticistas (e portanto idealistas, como já vimos), do que se defendeu, mais uma vez, não pela interpretação do que escreveu, mas pelo adição posterior de novas razões que não se limitam a intensificar o que dissera, mas lhê alteram o sentido. Isto é: J. P. A. vem dizer-nos que a obediência ao facto immediato ou a simples tarefa de reconstituir o acontecimento vivido implica *servilismo ante o facto immediato!* ; Quem diria que, procurando para seus assuntos os factos immediatos (contrariamente ao que aconselham alguns teóricos subjectivistas), que, desejando realizar num romance a simples tarefa de reconstituir o acontecimento vivido, adoptaria indispensavelmente o romancista determinado *processo* de fazer essa reconstituição ou seja, no caso, pôr-se numa atitude servil para a criar? Está ou não J. P. A. em contradição ao explicar o que primitivamente escrevera? Tenho ou não razão para dizer que em *Energia*, nas *Vinhas da Ira* e até nas obras dum Huxley ou dum Lawrence há obediência ao facto immediato, no caso dos dois primeiros até tarefa de reconstituir o vivido (o que já é sensivelmente diferente e em que eu não tocara na minha *Ficha*) e que nem por isso essas obras são mediocres? É ou não verdade que o servilismo ou não servilismo a que J. P. A. se refere nada tem a ver com o facto ser immediato ou não, vivido ou não, mas com a maneira de *realizar* artisticamente esse facto o que é muito diferente?]

[17— ao cair nas seguintes contradições: dizer que

só se exerce crítica literária dentro dum critério neo-humanista com modificação da estrutura social, dizendo noutra local que me é fácil usá-lo porque só me refiro aos livros que entendo, e, noutra ainda, que é fácil provar que a literatura é resultado da estrutura económico-social a propósito do poetazinho tímido ou do romancista falhado;]

[18— ao dizer que critico nele o ter dado alguns passos dentro do caminho que me parece bom, *mas poucos* (o que não disse nunca evidentemente, nem pensei) — continuando assim a mostrar que supõe possível uma atitude intermédia, um pouco para um lado e um pouco para outro, entre duas posições, cada uma das quais só pode existir pela anulação da outra;]

[19— ao dizer finalmente que o crítico, entre os que lhe exigem crítica esteticista e os que lhe exigem crítica neo-humanista, mais não tem que, repelindo os dois caminhos, afirmar cada vez mais a sua personalidade (...);]

[II— Afirmei que o que criticava em J. P. A. era o seu *método crítico* e êle vem dizer-nos (depois de declarar que o combate por motivos pessoais e que por isso o meu artigo não tem as características serenas duma simples divergência de idéias) *que a minha censura é fundamentada no facto de êle não seguir o processo crítico preconizado por mim e que sabe que o seu método crítico não me pode agradar.*]

[III— Afirmei que só com orientação diferente poderia J. P. A. chegar à explicação dos movimentos literários. Que nos diz J. P. A.? *Que o seu trabalho era de pequeno fôlego* (¿origens diferentes dos mesmos movimentos nos trabalhos de grande fôlego e de pequeno fôlego?), que por isso evocou um movimento propriamente literário e fora dêle a Guerra de 14 (¿será costume nos trabalhos de pequeno fôlego citarem-se os acontecimentos contemporâneos do que nos ocupa?), e que exigir o que exijo é querer um trabalho diferente: *a)* no plano; *b)* na intenção; *c)* nas dimensões; *d)* nas possibilidades. Tudo isto é, como se vê mais uma vez, a simples confirmação do que eu dissera, excepto

a alínea c), visto que não posso aceitar que os factos a que se atribuem origens ou os métodos críticos nos obriguem a fazer trabalhos grandes ou pequenos, e a alínea d) visto que, se mostrei a impossibilidade, lhe aponte também a causa não pessoal.]

[IV — Disse eu que Namora, Cochofel e Kim não tinham *na altura dos seus primeiros livros* qualquer ponto de contacto com a ideologia do futuro *Novo Cancioneiro*. Que quer dizer aquele *na altura* senão que mais tarde (ou de facto ou apenas intencionalmente) passaram a tê-lo? J. P. A., *em resposta*, esclarece os leitores de que Namora e Cochofel são autcores do 1.º e 3.º volumes do *Novo Cancioneiro* (publicados em 1940) e que Tomaz Kim teve um livro para sair na dita colecção... mas não saiu.]

[V — Afirmei (e pode dizer-se que nisso baseei todo o meu artigo) que a posição de J. P. A. é de meio termo. Que nos diz J. P. A. *em resposta*? Que essa afirmação tem *certa razão de ser, que reconhecer isso é comprometer-se ante os que só apreciam os extremos* (depois de ter dito que lhe trunqueei e alterei textos com o fim de arranjar motivos para o apontar à execração de certo público) e que isso *é coisa que lhe interessa muito pouco*.]

GRUPO 4

[Chegado a esta altura, estão vendo os leitores que nada mais, de fundamental, me resta rebater dos pretensos argumentos de J. P. A. A resposta de maior *pêso* que êle apresenta — dizer que cheguei às conclusões da minha *Ficha* alterando-lhe o sentido dos textos, está sobejamente rebatida e esclarecida, quer por confronto entre o que êle diz ter eu dito e o que eu *realmente* disse; quer por próprias palavras do irritado polemista.] Poderia [portanto] terminar aqui a minha *Ficha*. Como, porém, aquelas coisas que J. P. A. insere no resto do seu artigo não são «frivolidades» (como lhe chama sem que nós possamos acreditá-lo uma vez que ocupa com elas ou com o que assim considera 12 colunas da revista), mas afirmações de certa importância para a confirmação do desconhecimento que J. P. A. manifesta dos assuntos tratados, irei até ao fim.

Dêste quarto e último grupo de «argumentos» fazem parte as afirmações que constituem aquêlê processo muito conhecido nas polémicas do nosso país e que consiste naquilo a que chamo «defesa por acusaçã». Isto é: diz um crítico que o seu criticado ignora o assunto de que trata. Ergue-se o criticado e, em vez de provar que assim não é, vem a terreno dizer que o crítico é que é ignorante... Vejamos se não é êste o procedimento de J. P. A.

[Êste grupo colide, como se vê, com o grupo 1. Preferi, no entanto, separá-los, porque as acusações que agora vou indicar têm qualquer relação, embora pouca muitas vezes, com o assunto do meu artigo, justamente ao contrário do que acontecia com as outras. Vejâmo-las:]

1 — Regeito a afirmação de que não pode haver duas ou mais representações legítimas do pensamento social dum período histórico e aproveito-a depois para concluir que a crítica de J. P. A. se deve dirigir ao *Novo Cancioneiro* «por se tratar da representação mais legítima do actual período histórico». Como se viu para trás nada disto corresponde à verdade. (Releia-se a) de A do grupo 2).

2 — Ponho fora do movimento poético certos poetas de menos de trinta anos (?).

3 — Reedito o programa da revista *Sol Nascente* que nenhum novo de 1943 (ou mesmo de 1939) assinaria, para negar que os novos tivessem em 1937 escassa confiança em si próprios — quando: 1) não reeditei evidentemente (no sentido de o aceitar) o editorial do 1.º número da citada revista, mas apenas o transcrevi para mostrar que ela não pretendia ser uma revista «de novos» e que não se pode portanto atribuir ao facto de êstes terem escassa confiança em si próprios o apresentar *Sol Nascente* colaboradores não-novos. (Veja-se como J. P. A. insiste em que geração implica identidade de idéias visto que em 1939 ou 1943 nenhum novo assinaria aquêlê programa...)

4 — Não usa o processo que aconselho.

5— Eu é que receio que o concreto seja prejudicial à arte como se depreende do meu artigo sôbre um livro de poemas que publiquei nesta revista. Abra, porém, o leitor o n.º 816 da *Seara Nova*, leia com atenção o artigo em questão, que vem nas páginas 317 e 318, e verificará êste facto comprometedor para a afirmação de J. P. A.: não ponho numa única linha, para defendê-lo ou atacá-lo ou simplesmente para expô-lo, o problema do concreto na arte!

6— «Baseado» no mesmo artigo, diz o meu contraditor que eu «desdenho o assunto e entronizo a maneira» — quando êle é que tem trabalhado pelo concreto na arte desde a sua mocidade literária, há quinze anos, em polémicas na revista *Cinéfilo*. Ora a verdade é que: 1) eu poderia, *em hipótese* (muito hipotética, evidentemente), entronizar a maneira e desdenhar o assunto, sem que fôsse por isso contrário ao concreto na arte: poderia desejar que a tal maneira, que, em hipótese, acima de tudo me interessava, se criasse a propósito de assuntos muito concretos; 2) o que fiz no meu citado artigo não foi desdenhar o assunto e entronizar a maneira, mas dizer que: a) para que qualquer obra seja uma obra de arte precisa de ter marcada a personalidade do seu autor; b) essa personalidade revela-se não através do assunto (da escolha do assunto) mas da maneira como o autor revela êsse assunto; c) por isso um mesmo assunto pode ser revelado por multidão de artistas desde que cada um saiba dar-lhe formalmente (até ao ponto em que se pode empregar esta palavra isoladamente) realização pessoal.

Em que revela isto desprêso pelo assunto e entronização da maneira? (Veja o leitor novamente as ditas páginas do dito número da *Seara*...)

7— J. P. A. acha que dizer eu que não é verdade, numa sociedade não una, não poder haver duas ou mais representações legítimas do pensamento social dum período histórico implica que penso serem legítimos os

interesses dos banqueiros! O que eu disse na verdade, foi que, numa sociedade não una, existe sempre mais de uma representação legítima do *pensamento social* da época, dependendo a legitimidade dessas representações da legitimidade dos interesses das camadas a que digam respeito — o que é bastante diferente. Quere dizer: como representações do pensamento social do actual período histórico, por exemplo, não se pode considerar mais legítimo o pensamento da classe burguesa que o da classe operária, pois ambas pertencem estruturalmente à época e não podemos compreender esta sem a existência de ambas. Como representações do pensamento social nesta época afinal, têm de considerar-se as duas. O que pode é achar-se, em virtude da legitimidade dos seus interesses, que é mais legítima a posição duma que a doutra, ser-se até por uma contra outra — o que nada tem que ver com a concepção de que a cada época corresponde *um* único pensamento social.

8 — Diz J. P. A. que sou da opinião de que a guerra actual não influiu em nada nas intenções da moderníssima geração de poetas e que cito, para o provar, que dos poetas por êle citados, só dois fizeram livros directamente inspirados pelo actual conflito armado e outros dois já publicavam poemas antes da guerra. Claro que nunca disse nada disto! Eis o que escrevi: a) a poesia do *Novo Cancioneiro* não tem as suas origens na guerra de 39 e não foi ela que lhe deu os motivos, visto que já em 37 e 38 se publicavam, em jornais, poemas de tal modo com a orientação que seria a do futuro *Novo Cancioneiro* que êsses poemas são dos mais característicos dos livros de que viriam a fazer parte; b) tão pouco foi a guerra o acontecimento que deu motivo à «moderníssima geração» que, dos vários livros publicados pelos poetas a que J. P. A. se refere, só dois são directamente inspirados por ela.

Eis o que é bastante diferente, como se vê, de dizer que a guerra «não influíu nas intenções» da modernís-

sima geração porque... já dois poetas faziam poemas antes dela eclodir.

9 — Para terminar, guardarei para o leitor uma surpresa extremamente curiosa. J. P. A. acusa-me, principalmente, nos seus artigos, de eu usar de habilidades impróprias dum crítico, de alterar o pensamento do criticado, de trincar textos, de apresentá-los em citações parciais que tudo deturpam. A ser verdadeiro, teria êle imensa razão na sua fúria. Já vimos, porém, como tudo isto é falso. Vejamos agora, no entanto, êste caso, por curiosidade, e para que o leitor fique elucidado, *de vez*, de como J. P. A. usa os processos de que acusa os outros:

No seu segundo artigo, escreve J. P. A. a meu respeito:

«Para negar que o *Novo Cancioneiro* seja uma simples evolução da *Presença* (o que eu, de resto, não afirmo) diz-nos, sem que aparentemente o faça por motivos humorísticos, que *o que se deu... não foi uma continuação... o que se deu foi... uma continuidade...* E é com argumentos forjados desta maneira, com esta linguagem e esta lógica que se pretende impôr a infalibilidade dum método crítico e arrazar todos os métodos críticos imagináveis!...»

Veja-se como J. P. A. me vergasta! Veja-se o ar de indignação e até de desgosto com que êle se refere à minha falta de lógica e de argumentação. No entanto, caríssimos leitores, vejamos agora como J. P. A. para o mostrar [ou inventar] trincou tão... distraidamente o meu texto.

Escrevi eu:

«O que se deu, dum movimento para outro, não foi uma continuação, como um ponto de vista exclusivamente literário nos pode levar precipitadamente a crer. O que se deu foi, como sempre, uma continuidade e até tentativa de enriquecimento de carácter técnico, mas,

acima de tudo, ao mesmo tempo (sublinho agora), uma contradição em pleno amadurecimento de carácter ideológico».

Acima de tudo e ao mesmo tempo, escrevi eu. *uma contradição de carácter ideológico*. J. P. A. no entanto ficou-se como que engasgado no facto de eu ter empregado a palavra continuidade (simplesmente para não repetir «continuação») e... esqueceu-se de ler ou transcrever o resto. Em vez, portanto, de se concluir que eu disse ter-se tratado duma contradição ideológica, embora realizada através duma técnica que continuou o movimento anterior, concluirá o leitor de J. P. A. que eu afirmei ter-se dado apenas «não uma continuação mas uma continuidade»...

Será demasiado, será também má-vontade pessoal, distração, confusão, estreiteza de vistas, [/ou má fé/] concluir agora que J. P. A. truncou um trecho, êle sim, para lhe alterar o sentido por completo?

CONCLUSÃO

Resolvo terminar aqui esta longa demonstração de que, como digo no princípio desta Ficha, J. P. A. respondeu ao artigo que sôbre o seu método crítico escrevi apenas por obediência àquêlê tal primeiro protesto instintivo que os criticados sentem ante o facto inesperado de não se verem simplesmente aplaudidos e, bem pelo contrário, atacados sem rodeios — e não porque tivesse motivos sérios para isso. Acusou-me de lhe dirigir um ataque pessoal quando só no artigo dêle as notas pessoais existem; acusou-me de trincar textos para alterar o seu pensamento e assim o apontar à antipatia de certo público, quando, como fica provado para trás, nada alterei do seu pensamento e é êle próprio que, segundo declara, junta razões para cair no desagrado dêsse público (que, segundo confessa, lhe não interessa); acusou-me de lhe atribuir pontos de vista que não são os dêle quando é êle próprio que vem confirmar o que escrevi. Para quê, portanto, continuar? Não respondi a alguns pontos. Êles nada acrescentam ao que já disse e provei e não posso tornar êste arrazoado ainda maior. Talvez o esclarecimento de alguns dêles venham a formar futuros artigos que publicarei quando me fôr possível. Por exemplo: a hipotética contradição em que caio ao dizer que a posição do «neo-realismo» é contrária à da chamada «arte moderna» e não pode por isso ser considerada continuadora desta, quando declarei e declaro apreciá-la e a defendi, mais duma vez, contra ignorantes que a atacavam. Por exemplo: o falsíssimo ponto

de vista que J. P. A. me atribui, segundo o qual exijo que a crítica literária só se deve preocupar com as origens extra-literárias da literatura e não com os elementos propriamente estéticos duma obra. Também não pararei em pontos, [talvez tristes demais para nos divertirem,] como o da afirmação que J. P. A. fez de que as razões das minhas censuras e as de outro escritor se baseiam no facto de a sua crítica «apresentar pronúncios dum sistema que se anuncia»... Para quê parar também em afirmações destas: a melhor resposta a dar-me será continuar a colaborar nesta revista se o seu Director lho consentir? Paremos, pois. Resta-me, no entanto, esclarecer um ponto importante que supcnho ficar muito bem situado no termo desta conclusão. Heróicamente, J. P. A. convida-me a esclarecer o que digo no fim da minha *Ficha 13-A* e que é textualmente o seguinte:

«Estou a lembrar-me neste momento, sem ir mais longe, dum artigo que Joaquim Namorado publicou há três anos, chamado «*Brevíssima introdução à leitura dos poetas modernistas portugueses*». Um artigo muito pequeno e muito geral, de facto. Mas que pode bem ajudar preciosamente quem queira chegar à génese da poesia moderna portuguesa, e também da que se lhe segue e se lhe opõe. Principalmente quem não deseje deixar-se prender pelas mãos invisíveis mas poderosas de certos preconceitos literários, e doutros que parecem literários mas, no fundo, não o são».

Em face disto e na posse duma carta que lhe escrevi, e a que já aludi, dizendo-lhe que, no caso de certos passos do meu artigo lhe resultarem obscuros contra minha vontade, estaria pronto a esclarecê-lo em carta ou pessoalmente — que fez J. P. A.? Suppondo que as palavras acima transcritas do meu artigo encerravam alguns dos hipotéticos pontos obscuros a que me referi e que só a êle desejava esclarecer, [agarrou na pena/] e escreveu:

«Parece-me que nos últimos períodos do seu artigo, Mário Dionísio, sem coragem até aí para formular uma acusação precisa, se arroja a insinuá-la. Êle avisara-me de certas obscuridades que se prestava a esclarecer-me só a mim. Como, porém, o público é o principal inte-

ressado nesta troca de impressões, convido Mário Dionísio a expressar nestas colunas o que entende pelos meus preconceitos aparentemente literários, evitando assim, ao mesmo tempo, ao público e a mim, uma interpretação errada das suas últimas sibilinas palavras».

Quanto ao convite não posso evidentemente deixar de aceitá-lo. Aqui está a explicação das minhas «sibilinas palavras»: Refiro-me no período em questão a preconceitos literários (expressão de que toda a gente conhece o significado) que não são de J. P. A. mas de toda a gente que se encontra nas condições a que aludi, e a preconceitos que, parecendo literários, são no entanto, filosóficos, históricos, sociais, políticos ou de qualquer outra ordem. Quanto ao significado, porém, dêsse convite, não posso deixar de manter um significativo silêncio, convencido de que todos os leitores o entenderão com a mesma rapidez com que vou pôr nesta questão o mais definitivo e eloqüente ponto final.